

1- Introdução

Esta dissertação focaliza a manifestação sintática da estrutura argumental de verbos na fala de crianças com queixas de linguagem e suspeita de serem portadoras de um déficit específico da linguagem (DEL)¹ e avalia a possibilidade de a realização de argumentos de verbos ser tomada como índice que contribua para o diagnóstico do DEL no Português do Brasil (PB).

Entende-se por *estrutura argumental* a relação de correspondência que se estabelece entre os argumentos selecionados por um predicador e a posição que ocupam na estrutura sintática (Grimshaw, 1992; Mito, 1999) (ver item 2.1).

Estudos sobre DEL têm sido desenvolvidos em diversas línguas como, por exemplo, inglês, francês, italiano, alemão, dentre outras (Leonard, 1998; Jakubowicz, 1998a, 1998b, 2003; Bottari *et al* 2001; Clashen, 1989).

Vários desses estudos vêm apontando dificuldades relativas à estrutura argumental de verbos e nomes nas crianças com DEL (Lee, 1976 *apud* Leonard, 1998; Fletcher e Garman 1988; Roberts, Rescole e Boneman, 1998). Esses

¹ DEL (Déficit Especificamente Lingüístico ou Déficit Específico da Linguagem) corresponde ao termo utilizado em inglês SLI (Specific Language Impairment). Esse termo é utilizado por nós no LAPAL. No entanto, outras terminologias são encontradas. Antes da década de 80, o termo *disfasia do desenvolvimento* era empregado para separar os problemas específicos de linguagem de problemas com conotação neurológica que são nomeados de afasia. Casanova (1992) estabelece um limite entre o atraso de linguagem e o DEL. Segundo esse autor, o atraso de linguagem caracteriza-se por uma defasagem cronológica que segue as etapas do desenvolvimento e que é superada espontaneamente ou com a reeducação. O DEL caracteriza-se como um distúrbio acentuado do processo de aquisição da linguagem (Ajuriaguerra, 1965; *apud* Casanova, 1992). De acordo com o código internacional de Doenças (CID) F 80, entende-se por *Transtornos específicos da fala e da linguagem*, transtornos nos quais as modalidades normais de aquisição da linguagem estão comprometidas desde os primeiros estágios do desenvolvimento. Não são diretamente atribuíveis às anomalias neurológicas, anomalias anatômicas do aparelho fonador, comprometimentos sensoriais, retardo mental ou fatores ambientais. Esses transtornos são acompanhados com frequência de problemas associados, tais como dificuldades da leitura e da soletração, perturbação das relações interpessoais, transtornos emocionais e transtornos corporais. Essa definição foi extraída da página do SUS).

estudos revelam que as crianças com DEL apresentam alterações de estrutura argumental, sendo a omissão de argumentos a alteração mais freqüente. No caso do PB, a identificação desse tipo de manifestação pode ser dificultada devido ao fato de essa língua admitir sujeito e objeto nulos em diferentes contextos sintáticos. Não é claro, pois, o quanto um déficit da linguagem pode ser reconhecido com base na omissão de argumentos nessa língua.

Nesse estudo, buscou-se caracterizar um contexto obrigatório para a realização do sujeito lexical e variaram-se os contextos nos quais a presença de complementos é sintática ou pragmaticamente requerida com vistas a avaliar em que medida a omissão de argumentos pode ser apontada como índice de DEL no PB. Amplia-se, dessa forma, o conjunto de estudos sobre as manifestações do DEL em diferentes línguas.

O presente estudo contribui também para a avaliação clínica do desempenho lingüístico de crianças com queixas de linguagem em PB. A proposta que orienta a presente pesquisa consiste, pois, em aproximar estudos teóricos sobre aquisição da linguagem da prática clínica fonoaudiológica, dando a esta melhores possibilidades para lidar com a avaliação, diagnóstico e terapia de crianças com transtornos no desenvolvimento lingüístico.

Essa dissertação está vinculado às linhas de pesquisa **Processamento e Aquisição da Linguagem e Deficiências da/na Linguagem**, do programa de Pós-Graduação em Letras da Puc-Rio, e compõe o conjunto de atividades do Lapal (Laboratório de Psicolingüística e Aquisição da Linguagem, PUC-Rio).

Para a identificação de crianças com suspeita de DEL foi utilizado um instrumento de avaliação de habilidades lingüísticas de crianças, em desenvolvimento no LAPAL, o MABILIN (Módulos de Avaliação de Habilidades Lingüísticas)². Esse instrumento, em vias de padronização, viabiliza o posicionamento de crianças com queixas de linguagem numa curva de

² A elaboração do MABILIN teve início em 1999 e vem sendo realizada por meio de quatro projetos FAPERJ, do Programa *Cientistas do Nosso Estado*, apresentados pela Profa. Leticia Maria Sicuro Corrêa e sucessivamente aprovados desde então.

desenvolvimento lingüístico normal e a identificação de dificuldades específicas, ou seja, sintáticas, morfossintáticas e/ou lexicais. Os experimentos conduzidos na presente dissertação foram concebidos em função do projeto correspondente ao módulo 3 desse instrumento de avaliação³ e podem ser tomados como pilotos de testes a serem incluídos nesse módulo.

O processo de padronização do MABILIN abrange dois grupos sociais, quais sejam: grupo A, com renda média/alta e nível de escolaridade superior/médio; e grupo B, com renda baixa e nível de escolaridade médio/fundamental. Essa dissertação concentra-se, apenas, no grupo B e será desenvolvida com crianças com suspeita de DEL e crianças com desenvolvimento lingüístico normal (doravante DLN) que formam o grupo controle. As crianças com suspeita de DEL foram selecionadas entre crianças que são submetidas à terapia fonoaudiológica em um posto de saúde da cidade do Rio de Janeiro. As crianças DLN foram selecionadas em escolas e creches da rede municipal de ensino da mesma cidade.

1.1 Apresentação do Déficit Especificamente Lingüístico

O termo *linguagem* pode ser interpretado sob dois pontos de vista. Primeiramente, a linguagem verbal pode ser concebida como a expressão de idéias, pensamentos e desejos. Assim sendo, um comprometimento na linguagem verbal pode incluir qualquer dificuldade na compreensão ou na produção do que é transmitido por essas expressões. Por outro lado, o termo linguagem pode referir-se diretamente à língua, entendida como um domínio da cognição humana (Chomsky, 1965; 1986; 1995). Nesse caso, um déficit da linguagem estaria vinculado a esse domínio. (Corrêa, de Freitas e Costa Lima, 2003).

Dificuldades manifestas na linguagem podem, no entanto, ser de natureza primária ou secundária, uma vez que essas dificuldades podem ter diferentes

³ A dissertação se integra ao desenvolvimento do Projeto FAPERJ- Delimitação de Categorias Lexicais na Aquisição da Linguagem e um Instrumento para a Avaliação do Comprometimento do Léxico no Quadro do DEL (Déficit Especificamente Lingüístico) e de Deficiências Refletidas na Linguagem, 2003-2005, terceiro dos projetos acima citados (cf. Nota 2).

causas. Quando há uma causa externa, a manifestação é considerada secundária. Quando a causa é interna ao domínio da língua ou quando não há etiologia aparente, a manifestação é tida como manifestação primária de um déficit da linguagem (Corrêa, de Freitas e Costa Lima, 2003).

As dificuldades referentes ao domínio da língua têm sido apontadas por muitos autores como manifestação primária do DEL (Leonard, 1998; Jakubowicz, 2003, 1998a). Assim sendo, o DEL caracteriza-se por dificuldades na condução de operações lingüísticas a partir de elementos do léxico, na expressão morfológica de relações sintáticas ou mesmo no domínio da fonologia. Pesquisas têm demonstrado manifestações do DEL, tais como, dificuldades com passivas, relativas e interrogativas *QU* (Silveira, 2002), comuns entre diferentes línguas não relacionadas historicamente. Índícios do DEL comuns entre línguas românicas e línguas com a morfologia rica também têm sido observados. Tais indícios dizem respeito, particularmente, à omissão de determinantes, clíticos e formas flexionadas (Silveira, 2002). Quanto às relações entre semântica lexical e sintaxe, a omissão de argumentos também tem sido constatada em diversas línguas, como o francês, o italiano e o inglês (Hamann, 2003; Bottari, *et al*, 1998; Leonard, 1998; van der Lely, 1998). Dificuldades referentes ao léxico, a habilidades de ordem semântica, discursiva e pragmática, igualmente, vêm sendo apontadas em crianças diagnosticadas como portadoras do DEL. Os autores, no entanto, divergem quanto à classificação dessas manifestações como primárias ou secundárias (Leonard, 1998).

Segundo Silveira (2002), as hipóteses formuladas com o objetivo de explicar as dificuldades encontradas pelas crianças com DEL podem ser agrupadas em dois grandes grupos. Um desses grupos inclui hipóteses que propõem que as dificuldades apresentadas pelas crianças com DEL estão associadas aos sistemas de *performance*, mais especificamente ao sistema articulatório/perceptual. Em outras palavras, as crianças teriam alterações de suas capacidades de processamento perceptual do *input* lingüístico. Entre as hipóteses situadas nesse grupo está a Hipótese de Superfície (Leonard, 1992) e a Hipótese de Déficit de Processamento Auditivo Temporal (Tallal et al., 1996). O outro grupo de hipóteses propõe que as crianças com DEL apresentam alterações no sistema

cognitivo da linguagem, ou seja, se fundamenta em uma teoria de língua, mais especificamente, em uma Teoria Gerativista. As seguintes hipóteses estão relacionadas a esse grupo: Hipótese da Complexidade Computacional (Jakubowicz *et al*, 1998a), a Hipótese da Ausência de Concordância (Clahsen, 1998), Hipótese da Cegueira de Traços (Gopnik e Crago, 1990), Hipótese do Déficit Representacional de Relações Dependentes (van der Lely, 1998) Hipótese do Infinitivo Opcional (Wexler, Schütze & Rice 1998).

O diagnóstico do DEL é feito por exclusão pois abrange deficiências da língua que não estejam associadas a distúrbios auditivos, neurológicos, emocionais ou cognitivos. O diagnóstico dessas crianças necessita, portanto, de instrumento padronizado de avaliação de habilidades lingüísticas. Isso representa um problema para o diagnóstico do DEL. Primeiramente, porque os instrumentos utilizados, muitas vezes, exploram insatisfatoriamente aspectos relevantes para a detecção de dificuldades lingüísticas. Em segundo lugar, porque habilidades dependentes do “conhecimento de mundo” ou do nível de escolaridade da criança são confundidos com habilidades lingüísticas. No caso particular da avaliação de crianças falantes do PB, muitas vezes, são empregadas traduções de testes concebidos originalmente em inglês e não há preocupação explícita com as particularidades do PB (Corrêa, de Freitas e Costa Lima, 2003).

Uma questão bastante discutida quanto às características do quadro do DEL é a heterogeneidade. O DEL pode abranger indivíduos com um desenvolvimento defasado ou com um quadro atípico de desenvolvimento em relação às crianças com desenvolvimento normal. O quadro do DEL pode variar, também, em relação ao grau de comprometimento. Este pode ser leve e as crianças com DEL superam suas dificuldades ao longo do desenvolvimento. Outras vezes, o comprometimento pode ser severo e as crianças com DEL permanecem com um desenvolvimento defasado ou com um quadro atípico, em relação às crianças com desenvolvimento normal, não superando suas dificuldades na puberdade (Leonard, 1998).⁴

⁴ Na nota de número 1 foi apresentado o conceito de DEL proposto por Casanova (1992). Esse autor propõe uma diferenciação entre atraso de linguagem simples e DEL. Essa distinção não pode, no entanto, ser feita antes da puberdade ou da submissão da criança à terapia. Assim sendo,

A incidência do DEL é expressiva pois, estudos com crianças americanas (Toblim 1993, *apud* Leonard 1998), em idade escolar, apontam uma incidência de 7% desse déficit nessas crianças. Estudos apontam também conseqüências do DEL para a aprendizagem, desenvolvimento social e afetivo.

No PB, existe uma tradição de estudos de deficiências da linguagem no âmbito da fonoaudiologia (Fernandes,1998; Zorzi, 2002). Esses estudos não se inscrevem, contudo, no conjunto de estudos com embasamento em uma teoria lingüística e/ou em uma perspectiva teórica que preveja comprometimentos específicos no domínio da língua. Ao que consta, o primeiro estudo sobre DEL em PB sob uma perspectiva teórica que procura conciliar teoria lingüística gerativista e psicolingüística do desenvolvimento (Corrêa, 2002) foi apresentado por Silveira (2002)⁵ Neste estudo, pretende-se seguir essa perspectiva com objetivos também direcionados à prática clínica, na medida em que se procura identificar uma marca clínica para o DEL no PB.

1.2 Objetivos e Hipótese de Trabalho

Essa dissertação tem como objetivo discutir e analisar a possibilidade de se avaliar a expressão obrigatória de argumentos de verbos como índice de manifestação do DEL em PB e se possível prover uma marca clínica para o diagnóstico do DEL com base nessa análise. E ainda, tem como objetivo ampliar a amostra de crianças com queixas de linguagem submetidas à avaliação por meio do MABILIN, com vistas a verificar os aspectos lingüísticos mais atingidos no PB.

O presente trabalho parte do pressuposto de que o estudo do DEL requer que se considere o sistema cognitivo da língua posto em uso (Corrêa, no prelo). Dentre as hipóteses sobre o DEL, a que mais se aproxima de uma articulação entre teoria lingüística e psicolingüística é a Hipótese da Complexidade Computacional

adota-se aqui a caracterização mais ampla do DEL proposta por Leonard (1998). No entanto, crianças que demonstraram superação de suas dificuldades lingüísticas no curso da aplicação dos testes relativos ao desenvolvimento lingüístico não foram incluídas na amostra. (p. 60).

⁵ O estudo desenvolvido por Silveira (2002) apresenta a avaliação de quatro crianças com suspeita de DEL, cujo desempenho corresponde ao padrão de crianças DEL em outras línguas.

(doravante HCC) (Jakubowicz, 2003; Jakubowicz, no prelo). Por esta razão, essa hipótese será tomada como ponto de partida.

A HCC define complexidade em termos do número de categorias funcionais⁶ utilizadas na computação lingüística (presente vs. passado composto em francês), da deficiência de traços do sistema pronominal (clítico acusativo), bem como do movimento obrigatório (clítico acusativo e reflexivo). De acordo com a HCC, as categorias funcionais que são projetadas apenas quando requeridas por considerações semântico-conceptuais adicionais aos requisitos de ordem sintática muitas vezes são omitidas, ou mal empregadas pelas crianças com DEL. A sintaxe computacional de um argumento é menos complexa quando esse argumento é canonicamente concatenado (*Merged*) (ver item 1.3) com um predicador. A HCC sugere ainda que reiteradas operações podem gerar maior demanda computacional.

As previsões decorrentes da HCC não se aplicam diretamente ao PB, dado que o sistema de clíticos encontra-se praticamente em desuso na fala informal e não se identificam na língua casos de *Merge não canônico* semelhantes ao *passe composé* do francês. Explora-se, não obstante, a produção de estruturas com verbos inacusativos no PB, cujo custo computacional do posicionamento do

⁶ Os elementos do léxico podem ser classificados em categorias lexicais e funcionais. As categorias lexicais são classes abertas. Segundo Chomsky (1981), as categorias lexicais, verbo (V), nome (N), adjetivo (A) e preposição (P), devem ser vistas como o produto de uma combinação de traços binários distintivos. Ou seja, os traços categoriais [+/-N] e [+/-V] podem distinguir as quatro categorias lexicais relacionadas acima. Dessa forma, as categorias lexicais podem ser assim agrupadas: Nome [+N, -V], Verbo [-N, +V], Adjetivo [+N, +V] e Preposição [-N, -V]. Cada uma das categorias lexicais, vistas acima, é o núcleo de uma categoria hierarquicamente superior na estrutura das frases. Isto é, a categoria N é a categoria lexical central da categoria hierarquicamente superior *sintagma nominal (NP)*. Assim tem-se *sintagma verbal (VP)*, *sintagma adjetival (AP)* e *sintagma preposicional (PP)*. Essas categorias superiores são denominadas *Categorias Sintagmáticas*. As categorias funcionais são classes fechadas que apresentam função eminentemente gramatical. Essas categorias caracterizam-se por gerar posições estruturais importantes para o comportamento sintático de categorias lexicais e delimitar os domínios nominal, verbal e oracional com suas categorias D (determinante), I (flexão) e C (complementizador). A seguir estão as definições de cada uma dessas categorias funcionais: D (determinante) tem como complemento um NP (sintagma nominal); I (flexão) caracteriza-se como uma categoria funcional e encabeça o sintagma flexional (IP – Inflectional Phrase). Em muitas línguas a flexão verbal é composta de flexão de modo, tempo, número e pessoa, sendo que IP engloba todas essas flexões; C (complementizador) introduz orações subordinadas (que, se) e está fora de IP, é considerado o núcleo de uma categoria CP (Côrrea, no prelo; Raposo, 1992).

sujeito parece adicionar demandas de processamento. Considera-se, também, a possibilidade de extensão da HCC para a realização de operações decorrentes de obrigatoriedade temática (*Merge* de complementos e especificador) em contraste com operações decorrentes de necessidades de ordem discursiva, como a Adjunção, com vista a verificar se essas últimas seriam mais passíveis de omissão em casos de DEL. Verifica-se, ainda, se um predicador com maior número de argumentos tornaria a estrutura argumental mais “complexa”, ou seja, “aumentaria” a complexidade computacional, o que dificultaria a estruturação das sentenças pelas crianças com DEL. Nesse caso, verbos intransitivos, transitivos e bitransitivos, nessa ordem, apresentariam um crescente aumento de demanda de processamento, ocasionando uma progressiva ampliação das alterações da estrutura argumental, como por exemplo, a omissão de argumentos ou mesmo a produção de estruturas sintaticamente truncadas.

1.3 Pressupostos Teóricos

Como relatado anteriormente, as dificuldades referentes ao domínio da língua têm sido apontadas por muitos autores como manifestação primária do quadro de DEL. Assim, o diagnóstico do DEL é feito por meio de testes padronizados que procuram diferenciar inteligência verbal e não verbal. As crianças que têm desempenho padrão no teste de inteligência não verbal e apresentam dificuldades no de inteligência verbal são identificadas como portadoras de DEL, caso não apresentem outras disfunções de natureza auditiva, neurológica ou psicológica. Instrumentos padronizados de avaliação de habilidades lingüísticas apresentam, contudo, falhas que não possibilitam uma adequada avaliação dessas habilidades. Isto porque tais instrumentos são idealizados na ausência de uma teoria lingüística e/ou de uma perspectiva teórica que considere dissociações entre os domínios cognitivos, como por exemplo: língua, memória, seriação, entre outros. A partir dessas questões, Corrêa, de Freitas e Costa Lima (2003) propõem a importância da aproximação entre a pesquisa lingüística e psicolingüística para o diagnóstico e terapia de crianças com DEL.

A teoria lingüística a que o presente estudo remete é a teoria gerativista, em sua vertente chomskyana⁷. Um dos pressupostos básicos dessa teoria é a autonomia, especificidade e caráter inato atribuídos à língua, entendida como um sistema cognitivo vinculado a uma faculdade da linguagem. A língua é vista como um sistema de base biológica adaptado à tarefa de gerar expressões lingüísticas correspondentes a enunciados verbais que possam ser produzidos e compreendidos em relações interpessoais.

A teoria lingüística tem procurado desenvolver um modelo cognitivo de língua, o qual vem assumindo diferentes versões. Na década de 60, Chomsky propõe um modelo formal de língua que se apresenta independente dos sistemas de desempenho, o chamado Modelo Padrão (Chomsky, 1965). Na perspectiva desse modelo, a língua é concebida como um conjunto finito de regras e um léxico, conhecimentos internalizados. A tarefa da criança ao adquirir uma língua seria adquirir as regras da sua língua a partir de enunciados lingüísticos com os quais está em contato e adquirir o léxico dessa língua. A partir de 81, com o Modelo de Princípios e Parâmetros (doravante modelo P&P), a teoria lingüística abandona a concepção de aquisição da linguagem em termos de aquisição de um sistema particular de regras da língua para adotar a idéia de fixação de parâmetros de variação mediante a obediência a princípios universais. Nesse modelo, a função da criança na aquisição de uma língua é fixar o valor desses parâmetros a partir do material lingüístico de que dispõe, obedecendo aos princípios da Gramática Universal (doravante GU)⁸. A precisa caracterização dos princípios universais e dos parâmetros de variação ainda se mostra distante. O modelo P&P apresenta submódulos, ou subteorias, que objetivavam caracterizar adequadamente diferentes aspectos da língua⁹. Esses avanços não são suficientes, no entanto, para

⁷ Doravante, por teoria lingüística entenda-se essa vertente do gerativismo.

⁸ A GU é concebida como um estado inicial da aquisição da linguagem sendo constituída de princípios inatos e parâmetros, estes sem os valores fixados. O estado final que caracteriza os conhecimentos lingüísticos do falante adulto é denominado língua I. Esta é constituída pelos parâmetros de GU com seus valores fixados e pelo léxico da língua em questão.

⁹ Diversas teorias foram desenvolvidas no âmbito do modelo P&P, entre as quais, a Teoria X-Barra e a Teoria Temática (ver 2.1). A Teoria X-Barra explica a natureza do constituinte, as relações entre os seus elementos e o modo como os constituintes se hierarquizam formando as orações. E ainda, aborda as características universais das línguas, bem como, as particularidades das diferentes línguas (Mioto, 1999).

compatibilizar a adequação descritiva e explicativa¹⁰ dos modelos propostos pela teoria lingüística.

O modelo P&P assume que a estrutura da língua apresenta níveis de representação estruturados hierarquicamente. O mais alto nível de representação é a Estrutura-D que relaciona as regras sintagmáticas com o léxico. Essa estrutura é projetada na Estrutura-S que se apresenta como uma estrutura intermediária ente a Estrutura-D e os níveis PF (forma fonética) e LF (forma lógica).

Mais recentemente, a partir da década de 90, a concepção do modelo P&P será radicalmente revista, dando origem ao Programa Minimalista (doravante PM), mantendo-se, não obstante, a idéia de que a aquisição da língua se faz com a fixação de parâmetros de variação. Agora, diferentemente do modelo anterior, os parâmetros de variação ficam restritos ao léxico e a derivação lingüística subordinada a princípios que transcendem o domínio da língua – o de Economia e o da Interpretabilidade Plena (PIP) nas interfaces da língua com sistemas cognitivos. Estas são PF que especifica aspectos do som e LF que especifica aspectos do significado, na medida em que estes são lingüisticamente determinados (Corrêa, 2002).

De acordo com o PIP, a interpretabilidade caracteriza-se como uma propriedade da interface semântica do sistema da língua com sistemas de desempenho. Traços do léxico podem ser interpretáveis ou não. O léxico é composto por traços semânticos (interpretados na interface semântica), traços fonéticos (interpretados na interface fonética) e traços formais. Os traços formais incluem os chamados traços *phi* (gênero, número e pessoa), assim como, Caso¹¹. Os traços formais

¹⁰ Um dos grandes impasses na elaboração de um modelo de língua adequado está em atender a uma adequação descritiva e explicativa. Isto porque, por um lado, as línguas caracterizam-se por uma ampla diversidade e, por outro, o desenvolvimento das gramáticas individuais segue um caminho rígido e específico. Desta forma, o modelo de língua deve, ao mesmo, apresentar uma adequação descritiva (explicando o que é particular da língua) e explicativa (explicitando as propriedades que tornariam a língua em questão passível de aquisição) (Corrêa, no prelo).

¹¹ No contexto do modelo P&P, o Caso abstrato permite a associação entre os sintagmas de uma sentença e os seus papéis temáticos (ver 2.1.1). Ou seja, um sintagma nominal marcado por nominativo pode ser o agente, o marcado por acusativo pode ser o tema e o marcado por oblíquo pode ser a fonte. Esses são os três Casos do português. Na sentença *João viu a Maria no cinema* podemos observar a marcação desses Casos. *João* recebe nominativo do núcleo funcional I (de Inflection, ou flexão verbal). *A Maria* recebe acusativo do verbo *ver*. E *o cinema* recebe oblíquo

podem ser [+/- interpretáveis]. Os traços formais [+ interpretáveis] já entram na derivação com seu valor especificado. Os traços formais [- interpretáveis] entram na derivação sem valor e serão valorados por meio da operação *Agree*, o que se convencionou denominar concordância sintática (Chomsky, 1999).

O critério metodológico geral de Economia exige que as derivações lingüísticas envolvam o mínimo de operações possível. Dessa forma, vários princípios do modelo P&P são reformulados no contexto do PM como expressões do princípio geral de Economia.

Como foi visto, no modelo P&P não havia uma caracterização precisa dos princípios e parâmetros. O PM restringe os princípios ao de Economia e ao de Interpretabilidade Plena. A função da criança na aquisição de uma língua em PM é, a mesma que em P&P, fixar o valor dos parâmetros a partir do material lingüístico de que dispõe. Em PM, no entanto, os parâmetros estão restritos ao léxico.

A simplificação do PM em relação ao modelo P&P pode ser observada também na eliminação dos níveis de representação Estrutura-D e Estrutura-S. Isto ocorre pois esses níveis não estabelecem interface com os sistemas de *performance* sendo, assim, considerados conceitualmente desnecessários. A partir dessa mudança, as expressões lingüísticas geradas pelo sistema computacional apresentam-se como um par, constituído pelos níveis de interface PF (forma fonética) e LF (forma lógica), que se tornam acessíveis aos sistemas de *performance*. O nível de representação da forma fonética (PF) estabelece interface com o sistema de *performance* articulatório-perceptual (A-P) e o nível de representação da forma lógica (LF) com o sistema de *performance* conceitual-intencional (C-I). Dessa forma, a Faculdade da Linguagem interage

da preposição *em*. Na versão atual do modelo (Chomsky, 1995), Caso é consequência da concordância entre os traços não interpretáveis de categorias funcionais com os traços interpretáveis de DPs. (sintagmas determinantes) em que o núcleo funcional D (determinante) tem como complemento um NP (sintagma nominal) (ver nota 14). Nesse contexto, o núcleo funcional Agr é eliminado e é da concordância dos traços da categoria funcional T (tempo) com os traços de um DP que decorre a atribuição de Caso nominativo.

diretamente com sistemas externos e satisfaz a condições impostas por esses sistemas, seguindo o Princípio da Interpretabilidade Plena.

O processo de derivação lingüística em PM parte de um conjunto de itens lexicais (*Numeração*). Uma vez selecionados (operação *Select*) para a computação lingüística, os elementos são combinados, por meio da operação *Merge*, e formam um objeto sintático hierarquicamente superior aos itens lexicais. Uma outra operação disponível denomina-se *Agree*, cujo processo remete ao princípio da Interpretabilidade Plena, descrito anteriormente. Essa operação consiste no pareamento de traços interpretáveis e não interpretáveis em determinadas configurações sintáticas, com a conseqüente eliminação desses últimos. Após a eliminação de traços não interpretáveis realiza-se a operação de *Spell-out*. Essa operação visa a separar os traços da derivação lingüística formando um par (φ, λ) , onde φ é um objeto de PF e λ é um objeto de LF. A derivação lingüística inclui ainda a operação *Move* que deve ser entendida como cópia de elementos (categorias e/ou traços). Em outras palavras, *Move* é uma operação que, ao se aplicar a um determinado elemento, gera uma cópia desse elemento formando uma cadeia de termos idênticos, embora sejam sintaticamente distintos pela posição que ocupam na estrutura. A operação *Move* permite que um dos elementos da cadeia seja realizado foneticamente, enquanto sua cópia será apagada no componente fonológico. *Move* é, portanto, uma combinação de *Agree* e *Merge*, o que implica em maior complexidade, devendo ser acionada apenas quando necessária.

O PM, de acordo com o foi exposto anteriormente, tem favorecido a aproximação entre a lingüística e a psicolingüística, o que se deve, principalmente, à idéia de que a língua satisfaz a exigências do Princípio de Interpretabilidade Plena, nas interfaces da língua com sistemas de desempenho (Corrêa, 2002).

Um dos focos de estudo da Psicolingüística é a aquisição da linguagem. Nesse âmbito, esse campo de estudo tem como objetivo gerar um modelo procedimental que seja capaz de explicar como a criança extrai informação lingüística relevante da fala, com a qual está em contato, e a partir dessa informação identifica uma língua. Segundo Corrêa (2002), para atingir esse objetivo, a Psicolingüística

deve articular-se com uma teoria lingüística e a proposta do PM vem favorecer essa articulação.

Possíveis co-relações entre etapas de uma derivação de língua minimalista e processos caracterizados no âmbito de modelos psicolingüísticos de produção e de compreensão da linguagem podem ser observados. De acordo com o modelo de produção proposto por Levelt (1989), o processo de produção é lexicalmente direcionado, parte de preparação conceptual para a seleção lexical, no que se refere a propriedades semânticas. Segundo Kempen e Huijbers (1983), as propriedades do léxico podem ser agrupadas em apenas dois grupos, um deles associado às propriedades formais (significado e sintaxe) e o outro associado à forma (morfologia e fonologia). Esses grupos são denominados *lema* e *lexema*, respectivamente. No processo de produção, inicialmente, se dá o acesso ao *lema*¹² que é mantido na memória de trabalho. Em seguida, o formulador sintático forma os enunciados. Esse modelo psicolingüístico pode ser relacionado ao modelo de língua proposto no PM (Corrêa, 2002). Assim, a seleção de *lemas* pode ser associada à operação *Select* que inicia a computação lingüística no modelo de língua apresentado. O formulador sintático pode corresponder ao sistema computacional lingüístico que atua sobre traços formais do léxico. E ainda, a codificação fonológica das representações hierárquicas de relações gramaticais corresponderia ao *Spell-out*. Diante dessa articulação, os problemas relativos à omissão de argumentos parecem estar vinculados à implementação da formulação sintática na produção que pode ser analisada sob dois aspectos. Por um lado, na computação de DPs argumentos. Por outro, na própria seleção de traços do léxico.

Em síntese, constata-se que o PM propicia uma maior aproximação entre a lingüística e a psicolingüística. O estudo aqui apresentado, portanto, baseia-se em pressupostos do PM. Questões relativas ao Modelo P&P foram expostas, no entanto, pois grande parte da literatura sobre a estrutura argumental faz referência a esse modelo.

¹² É importante salientar que entre as informações associadas ao lema estão as informações referentes aos papéis temáticos e subcategorização (ver item 2.1).

1.4. Organização do texto

O presente trabalho organiza-se da seguinte maneira: neste capítulo foram apresentados uma caracterização do DEL, os objetivos, hipótese de trabalho e pressupostos teóricos dessa pesquisa. No capítulo dois encontra-se a revisão da literatura com temas relacionados a esse trabalho, quais sejam: caracterização da estrutura argumental de verbos, a estrutura argumental no desenvolvimento lingüístico normal e na criança DEL e a estrutura argumental do português do Brasil com a possibilidade de sujeito e objeto nulo. No capítulo três, são descritos os resultados da aplicação do MABILIN I e II (em versão reduzida), a partir dos quais as crianças que constituíram o grupo DEL desse estudo foram identificadas. No capítulo quatro, apresenta-se a metodologia dos experimentos desenvolvidos nessa dissertação. No capítulo cinco, são relatados os experimentos e seus resultados. O capítulo 6 traz uma discussão geral a partir dos resultados apresentados no capítulo cinco e a conclusão final.